



REPORTAGEM DE CAPA

SUPREMO GUARDA-COSTAS

AS DELAÇÕES DE OAS E ODEBRECHT MIRAM EM SERRA E AÉCIO. GILMAR MENDES SAI EM SOCORRO DOS TUCANOS PARA ACERTAR JANOT, MORO E A FORÇA-TAREFA. E TEMER TEM O DESTEMOR DE ACENAR COM A IMPOSSÍVEL RETOMADA DA ECONOMIA...

por ANDRÉ BARROCAL

As águas de março fechavam o verão quando a Trattoria do Rosário, no Lago Sul de Brasília, abriu as portas a nobres comensais no almoço da quarta-feira 16 daquele mês: José Serra, senador pelo PSDB, Arminio Fraga, economista tucano, e Gilmar Mendes, togado emplumado. Um convescote inesquecível na trama do *impeachment*. Quarenta e oito horas depois, Mendes barrou com uma liminar a nomeação do ex-presidente Lula para a Casa Civil, um tiro nos planos de salvar Dilma Rousseff. Três dias mais tarde, Serra surgia em um jornal a pregar que não houvesse uma caça às bruxas no pós-Dilma, presumível referência ao avanço da Operação Lava

Jato, enquanto Fraga aparecia em outro, a profetizar alvissaras na economia em caso de troca de governo.

Passados cinco meses do histórico almoço, com o julgamento de Dilma perto do fim no Senado e o governo Michel Temer a ensaiar um pouco convincente otimismo econômico, Mendes resolveu sair em defesa das bruxas, as mesmas que Serra queria proteger. Em um comportamento inédito desde o início da Lava Jato em 2014, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) distribuiu petardos na Força-Tarefa, no juiz Sérgio Moro e no procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Defendeu a ideia de até “colocar freios” nos investigadores.

Suas intenções? “É lamentável que um ministro do STF, em período de grave crise no País, milite contra as investigações da Operação Lava Jato, com a

No encontro histórico de 16 de março passado, a caminho do golpe, Gilmar Mendes, em companhia de Arminio Fraga e José Serra, já exibia sua vocação tucana

ILIMAR FRANCO





REPORTAGEM DE CAPA

intenção de decretar o seu fim”, disse em nota na quarta-feira 24 o presidente da Associação Nacional dos Magistrados, João Ricardo Costa. Um texto cheio de caneladas em Mendes, ao insinuar que ele pratica prejulgamento em processos, possui preferências partidárias e recebe remuneração indevida além daquela obtida como juiz.

A insurgência do magistrado de Diamantino contra a Lava Jato após tanto tempo de sintonia não surpreende. Coincide com a aproximação das investigações na direção do ninho tucano, graças à negociação de delações premiadas de executivos de duas das mais enroladas empreiteiras, a OAS e a Odebrecht.

Serra, chanceler de Temer, será implicado por ambas, conforme o noticiário. Da OAS teria recebido dinheiro ilegal por meio de um intermediário quando governava São Paulo, de 2007 a 2010. Da Odebrecht teriam sido 23 milhões de reais, em depósitos no exterior, para sua campanha presidencial de 2010. Já o senador Aécio Neves, presidente do PSDB, teria levado propina da OAS na construção de uma nova sede do governo mineiro quando comandava o estado, de 2003 a 2010. A obra custou cerca de 1 bilhão de reais, a parte da OAS era de uns 100 milhões e, desse montante, 3% teriam ido para Aécio.

O mineiro é exemplar de como Mendes age diante de um tucano embaraçado. Com base na delação do senador casado Delcídio do Amaral, Janot pedira ao STF, em maio, a abertura de duas investigações contra Aécio. Uma sobre um esquema de corrupção em Furnas, estatal de Minas. Outra para apurar se, quando governador, Aécio maquiara dados enviados por um banco local à CPI dos Correios, chamado em 2005 a investigar o “mensalão” petista. Os pedidos caíram nas mãos de Mendes. Ele ouviu preliminarmente



Mendes esbanja a palavra “cretinos” para definir os autores da Lava Jato, habilitada a recolher a delação premiada de Léo Pinheiro.



a defesa do senador – chegou a recebê-lo em seu gabinete –, entendeu não haver fato novo a justificar apurações, negou os pedidos, inclusive de coleta de provas, e devolveu a papelada a Janot. O procurador-geral insistiu, e aí não teve jeito. Inquéritos instaurados em junho.

O magistrado partiu para cima da Lava Jato após ser noticiado que seu colega de STF Dias Toffoli, de quem Mendes se tornou uma espécie de mestre e tutor, estaria implicado na delação do ex-presidente da OAS José Aldemário Pinheiro, o Léo

Pinheiro. O executivo foi condenado em agosto do ano passado a 16 anos de cadeia por corrupção ativa, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Recorreu da decisão ao Tribunal Regional Federal, que já deu mostras de querer aumentar a pena em dez anos, enquanto negocia uma delação premiada para abrandar a punição.

Nas negociações que se arrastam há seis meses, Pinheiro teria contado a história de uma reforma na casa de Toffoli. Pinheiro teria indicado técnicos para vistorias e para a obra em si. O ministro teria pago,

CARLOS HUMBERTO, MARCELO CAMARGO/ABR
PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO E LUIS MACEDO



Janot não apreciou a fala de Gilmar, este improvisadamente indignado com o vazamento que envolve o colega Toffoli, enquanto se calou em relação a tantos outros. Mas Serra e Aécio são seus protegidos ao sabor da fé tucana



porém, todos os custos. Nada de ilegal ou comprometedor, portanto, salvo uma pista de excesso de intimidade. Não se sabe ao certo a origem da informação, mas bastou para a fúria do magistrado de Diamantino.

Na terça 23, Mendes abriu o gabinete a jornalistas e deu declarações contundentes. Segundo ele, os investigadores sentem-se “onipotentes”, há exageros decorrentes do “incensamento da Lava Jato” e o País estaria a caminho de um Estado

MORO JÁ TENTOU EXPLICAR OS VAZAMENTOS SELETIVOS, AO FAZER A COSTUMEIRA E HIPÓCRITA COMPARAÇÃO COM A MANI PULITE

“polícialesco”. “Isso não vai prosseguir assim, a gente tem instrumentos para se colocar freios. É preciso colocar freios nisso”, disse. “Por outro lado, estão muito avançados nas investigações. Eles dispõem de informações e têm a mídia como numa situação de dependência. A mídia está hoje em relação aos investigadores como um viciado em droga em relação ao fornecimento da substância entorpecente.”

O repasse de informações à mídia é uma tônica da República de Curitiba, consórcio formado por procuradores de Justiça, policiais federais e o juiz Sergio Moro. É assim desde a deflagração da Lava Jato, em 2014. A explicação para o *modus operandi* está em um artigo escrito por Moro em 2004, de análise da Operação Mãos Limpas, ocorrida na Itália nos anos 1990. Para o juiz, o “largo uso da imprensa” foi decisivo para os resultados alcançados por lá contra poderosos da política e do empresariado. E se não for possível condenar pessoas no Judiciário, o tribunal da mídia teria uma vantagem: “A opinião pública pode constituir um salutar substituto, tendo condições melhores de impor alguma espécie de punição a agentes públicos corruptos, condenando-os ao ostracismo”. Está claro que, em implacável sintonia com a ignorância nativa, Moro nada entendeu a respeito da *Mani Pulite*.

Em mais de dois anos de “largo uso da imprensa”, com petistas na berlinda sobretudo, Mendes jamais enfrentara a Lava Jato. Ao contrário. Quando não guardara silêncio de monge, tratara de reforçar o tribunal da mídia.

O ministro nada falou sobre o vazamento da informação de que o doleiro Alberto Youssef sustentava o conhecimento de todo o ocorrido na Petrobras por parte de Lula e Dilma, três dias antes da votação final na eleição de 2014. Também silenciou quando foi divulgado que a delação de Delcídio do Amaral acusava Dilma e Lula de tentar obstruir a Lava Jato, notícia

REPORTAGEM DE CAPA

A juíza Eliana Calmon não acredita que a Odebrecht, "em 30 anos de intimidade com o poder," não tenha contado com a conivência do Judiciário

surgida dez dias antes de uma onda de protestos pelo *impeachment* em março passado. Três dias depois dos protestos, Moro divulgou grampos ilegais de um telefonema entre Dilma e Lula, e Mendes entrou no jogo. Para ele, o vazamento era "correto", e o importante era discutir o conteúdo, mesmo que pudesse haver questionamentos legais. Graças à escuta, Mendes barrou a ida de Lula para a Casa Civil.

Ao peitar a Lava Jato, Mendes não citou nomes, mas os destinatários eram evidentes: o procurador-geral Janot, o juiz Moro, a República de Curitiba. Moro recebeu uma cotovelada especial por defender um pacote de dez medidas anticorrupção levado pelo Ministério Público ao Congresso, em março. O pacote defende, entre outras coisas, a utilização de provas ilícitas, se obtidas de boa-fé. Coisa de "cretino", tascou Mendes.

Um aliado de Aécio também é um crítico do pacote e não faz segredo nos corredores da Câmara, onde tramitam as propostas. Presidente do PSDB mineiro, o deputado Domingos Sávio tem dito que seria "irresponsabilidade" aprovar o pacote sem mudar nada. Para ele, algumas medidas representam uma "inquisição", "uma volta à Idade Média com uma caça às bruxas irresponsável". Ele torce o nariz em particular a respeito da criminalização do enriquecimento ilícito e a exigência de teste de integridade para a contratação de servidores.

Janot não gostou dos impropérios de Mendes e reagiu. Suspendeu as negociações com Léo Pinheiro sobre a delação, embora nos bastidores diga-se que elas



vão prosseguir. E aproveitou um evento do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), na terça 23, para rebater a suspeita lançada indiretamente de ser autor do vazamento contra Toffoli, que na condição de ministro do STF só pode ser investigado pela Procuradoria-Geral. Segundo Janot, a informação sobre Toffoli não merece ser tratada como "vazamento", pois "não houve, nas negociações de colaboração dessa empreiteira (OAS), nenhuma referência, nenhum anexo, nenhum fato enviado ao Ministério Público que envolvesse essa alta autoridade do Judiciário".

Não se sabe ao certo como a informação sobre Toffoli e a OAS foi parar na mídia. Único ministro do STF, além de Mendes, a se pronunciar sobre o caso, Marco Aurélio Mello afirmou não conseguir "imaginar" que fosse coisa do MP e defendeu uma investigação a respeito.

Hipóteses explicativas não faltam.

Seria uma vingança da República de Curitiba? Há algumas semanas, Toffoli mandara soltar o petista Paulo Bernardo, preso em outro caso de corrupção. A decisão foi, na palavra de Mendes, "achinchada" por um dos procuradores da Lava Jato, Carlos Fernando dos Santos Lima, em artigo na *Folha de S. Paulo* de 3 de julho, intitulado "Medalha de ouro para o *habeas corpus*". Vingança ou não, é bom a turma togada ficar alerta. Ex-corregedora nacional de Justiça, a juíza baiana Eliana Calmon acha que sem citar membros do Judiciário, uma delação da Odebrecht, de origem baiana, não será séria. "Não é possível que a Odebrecht levasse 30 anos de intimidade com o poder público, com o governo, sem a conivência do Judiciário", diz.

De volta às hipóteses para a notícia sobre Toffoli. Haveria uma guerra entre OAS e Odebrecht pelo coração dos homens da

GLÁUCIO DETTMAR/AG. CNJ E DÉNIO SIMÕES/AGÊNCIA BRASÍLIA

Lava Jato? Santos Lima disse, recentemente, só ver “espaço para mais uma” delação, isto é, não daria para contemplar ambas as empreiteiras. Se alguma delação for enterrada, a outra empresa ganha. Haveria algum mercado de delações com fins escusos? No ano passado, a Lava Jato encontrou na casa do banqueiro André Esteves, preso juntamente com Delcídio do Amaral, a cópia de uma delação até então sigilosa, fato registrado por Janot como “genuíno mistério” em despacho ao STF.

Seria uma tentativa de resolver uma disputa interna da Lava Jato e garantir o uso na delação das superficiais informações anti-Toffoli? É uma das hipóteses de Janot, como ele mostrou no evento do CNMP. “Trata-se de um quase estelionato delacional em que se inventa um fato, se divulga o fato para que haja pressão ao Ministério Público para aceitar, desta ou daquela maneira, eventual acordo de colaboração.” Ou seria um esforço puro e simples para enterrar as investigações, outra hipótese de Janot? “A Lava Jato, hoje, está incomodando tanto e a quem e por quê?”

Não é a primeira vez que Mendes, a partir de uma reportagem, ajuda a colocar uma investigação em risco. Já foi capaz até de implodir operações. Aconteceu na Operação Satiagraha, terror do banqueiro Daniel Dantas. Em agosto de 2008, noticiou-se que Mendes e o então senador Demóstenes Torres, cassado em 2012, tinham tido um telefonema gravado. A transcrição da conversa mostrava um diálogo banal, jamais surgiu o áudio do suposto grampo, mas o episódio serviu para Mendes chamar o então presidente Lula “às falas” e cobrar a cabeça do chefe da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) na ocasião, Paulo Lacerda, o qual teria dado cobertura à suposta arapongagem. Dantas fora preso em julho de 2008 por duas vezes, acusado de suborno e crimes financeiros, e em ambas



O PSDB DE GOIÁS É ALCANÇADO PELA OPERAÇÃO CONJUNTA DA PF E DO MPF. PRESIDENTE TUCANO NO ESTADO, AFRÊNI GONÇALVES LEITE VAI PRESO, E A AÇÃO REVERBERA NO GOVERNADOR MARCONI PERILLO



arrancara de Mendes um *habeas corpus*. A Satiagraha acabaria anulada pelo STF anos depois.

Curiosidade: a operação esbarrou em um secretário particular e motorista de José Serra, Luiz Paulo Alves Arcanjo. As investigações descobriram e-mails enviados por um antigo assessor de Dantas, Roberto Figueiredo do Amaral, para Arcanjo em 2001 e 2002 com mensagens ao hoje chanceler. O intermediário de Dantas pedia através de Arcanjo que Serra, ministro da Saúde naquela oportunidade, agisse dentro do governo para que fossem tomadas decisões de interesse do banqueiro. Arcanjo está até hoje com o tucano. Acaaba de ser nomeado para um cargo de confiança do chanceler.

No dia seguinte aos golpes do homem de Diamantino na Lava Jato, outra figura ligada a Serra no passado despontou no horizonte. Uma ação conjunta da Polícia Federal e do Ministério Público Federal fez um estrago no PSDB em Goiás. Prendeu o presidente do partido no estado, Afrêni Gonçalves Leite, e o da Saneago, estatal de saneamento, José Taveira Rocha. A dupla participaria de um esquema a favorecer o governador Marconi Perillo, do PSDB. Perillo teria pago dívidas da campanha de reeleição de 2014 com dinheiro saído da Saneago, graças a fraudes em licitações. “É o mesmo sistema, guardadas as devidas proporções, da Lava Jato”, descreveu o procurador responsável pela Operação Decantação, cujas apurações começaram em 2015.

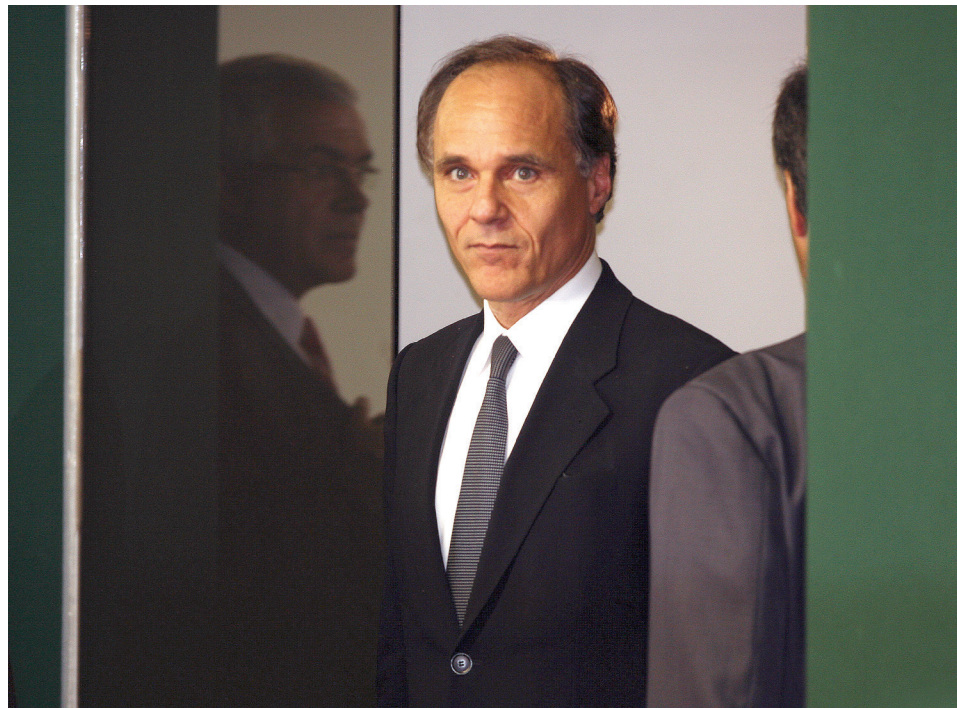
O procurador chama-se Mario Lúcio Avelar. Suas digitais estão em uma ação que certa vez tirou do caminho de Serra um adversário na luta pelo Palácio do Planalto. Em 2002, Avelar era procurador no Tocantins e atuou no caso Lunus, estaca fatal nos planos presidenciais da então governadora do Maranhão, Roseana Sarney. Foi ele quem pediu buscas em uma empresa da família de Roseana, a resultar na apreensão de 1,3 milhão de reais

em dinheiro, uma imagem a correr o País pela tevê. Alvejado agora por Avelar, Perillo é um dos postulantes à candidatura presidencial tucana em 2018. Prenúncio de guerra no ninho pela candidatura à Presidência.

Tucanismos à parte, Mendes já havia chamado Janot recentemente “às falas” na Lava Jato, mas aí por causa do PMDB. Foi no fim de maio, quando o procurador-geral pedira a prisão dos senadores Renan Calheiros, presidente do Senado, e Romero Jucá, presidente do PMDB, e do ex-presidente José Sarney. Para Janot, os peemedebistas conspiraram contra as investigações, através do *impeachment*, como se percebe nas conversas do trio com o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, por este gravadas. O pedido corria em sigilo no STF, ao virar notícia. Mendes disse que esse tipo de vazamento era “abuso de autoridade” e que “os responsáveis têm de ser chamados às falas”.

Como agora, Janot aproveitou um evento do MP para responder. Em um encontro com procuradores atuantes na Justiça Eleitoral, negou “peremptoriamente” estar por trás do vazamento. “Envidarei todos os esforços que estiverem ao meu alcance para descobrir e punir quem cometeu esse crime. Como hipótese investigativa inicial, vale a pergunta: a quem esse vazamento beneficiou? Ao Ministério Público não foi.” Em julgamento em 14 de junho, o STF rejeitou as prisões.

Primero peemedebista a assumir o poder desde os anos 1980, Temer convidou Mendes para um evento no Planalto na quarta-feira 24, um dia após o ministro de novo chamar Janot “às falas”. É verdade que Temer tem flertado com o ministro do STF por receio de ser cassado no Tribunal Superior Eleitoral, Corte comandada por Mendes. Mas, pelos códigos políticos de Brasília, deixou a impressão



FUNCIONA AGORA O MESMO ESQUEMA QUE ENTERROU A SATIAGRAHA. ENTÃO GILMAR TIROU DANIEL DANTAS DUAS VEZES DA CADEIA E CHAMOU LULA ÀS FALAS

de ter feito um gesto de apoio ao magistrado de Diamantino na neocruzada contra a Lava Jato.

Será que a Força-Tarefa vai contra-atacar? É a dúvida que fica. Pode ser só coincidência, mas já surgem rumores de que a República de Curitiba tem elementos capazes de ressuscitar a Operação Castelo de Areia, um escândalo de 2009 que atingia em cheio o PMDB de Temer.

É em um ambiente assim, para lá de bagunçado, que o governo se esforça para injetar otimismo no País. Após a medalha de ouro do Brasil no futebol olímpico, Temer foi ao Twitter dizer ser “hora de nos reerguermos com a grandeza do nosso país”, enquanto Serra apontava “mais um fator para melhorar a autoestima brasileira”. Diante da alta da produção industrial, da Bolsa e da confiança de consumidores e empresários, o Ministério da Fazenda subiu a previsão de crescimento do PIB de 2017 de 1,2% para 1,6%, e Henrique Meirelles demonstrava ânimo alevantado em passagem pela Câmara na quarta 24.

“Esse otimismo é essencialmente político. Muito mais uma operação de marketing do que realidade”, diz Julio Miragaya, presidente do Conselho Federal de Economia. “O único fato novo que temos é um presidente mais de acordo com o mercado financeiro.”

Desde a ascensão de Temer, o “mercado” dá retaguarda ao prenúncio de novos tempos, como Arminio Fraga antecipava, embora a demora no arrocho fiscal já cause certa irritação no setor. Uma atitude de torcedor, talvez. Em um artigo recente no jornal *Valor*, o economista

GLAUCIO DETTMAR, E FÁBIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR



Luiz Carlos Bresser-Pereira vai direto ao ponto logo no título: “O fundo do poço ainda está distante”.

Mesmo no sistema financeiro, há quem veja à frente nuvens cinza, no lugar do arco-íris. É o caso de André Perfeito, economista-chefe da Gradual Investimentos, a calcular uma expansão do PIB no ano que vem de no máximo 0,5%. Para ele, não haverá grandes estímulos à atividade econômica. A renda cai e o desemprego sobe, fatores de contenção do consumo. O investimento por ora não receberá tantos aportes, por causa da ociosidade das fábricas, quer dizer, por um tempo é possível aumentar a produção sem tirar dinheiro do bolso ou do banco.

Dolado externo, a tendência de valorização do real afetará o saldo comercial, enquanto a liquidez internacional tende a preferir o porto seguro dos Estados Unidos assim que o Banco Central de lá iniciar a esperada elevação do juro. Além disso, acrescenta Perfeito, o ajuste fiscal prometido pelo governo não tem como ser atingido só com corte de despesas, corte que atrapalha o avanço do PIB ao retirar



recursos da praça. “Vai ser preciso aumentar imposto, o que sempre tem um efeito ruim para a economia”, diz.

Motor da demanda doméstica, o mercado de trabalho tão cedo não se recupera, na avaliação de Clemente Ganz Lúcio, diretor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). No fim do primeiro semestre, a taxa de desemprego medida pelo IBGE estava em 11,3%, ou 3 pontos percentuais acima da registrada um ano antes. De um

Meirelles conduz sua patética operação de marketing ao defender a recuperação da economia, enquanto Julio Miragaya destrói seus argumentos. “Esse otimismo é essencialmente político”.

período a outro, foram demitidos 3,5 milhões de pessoas. Em julho, foram fechados 94 mil postos de trabalho com carteira assinada. A renda média dos trabalhadores caiu 1,3% este ano, mesma trajetória da massa salarial. “Não há nada que indique uma situação positiva em 2016 e 2017”, afirma Lúcio.

Durante um almoço na Câmara de Comércio França-Brasil realizado em São Paulo em meados de agosto, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, também se mostrou cético com a situação brasileira e com a última previsão de incremento do PIB no ano que vem. Para ele, já estará de bom tamanho se a economia acelerar algo em torno de 1%, e o momento é de aguardar medidas efetivas de Brasília. A ociosidade registrada pela CNI este ano atinge níveis recordes, 36% na última medição.

Não é a única trava aos investimentos tidos pela Fazenda como carro-chefe da economia em 2017. O empresariado nunca esteve tão endividado, segundo um estudo recém-concluído do economista Felipe Rezende, professor da Hobart e William Smith Colleges, nos EUA. Em um debate no Senado há duas semanas, ele citou uma crise de solvência do setor privado já a se espalhar pelo sistema financeiro. As empresas, segundo Rezende, não teriam mais onde cortar para arrumar os balanços. “Daí a necessidade de o setor público ter uma política anticíclica, para justamente compensar essa queda dos gastos privados.” O que não vai acontecer com Temer, Meirelles e companhia.

O *impeachment* está quase no fim. As incertezas que cercam o País, não. •